

1 **Artigo Original**

2 **BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E FINANCIAMENTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO**

3 ERASMO BRAZ DOS SANTOS<sup>1</sup>, MONIKA WERONIKA DOWBOR<sup>2</sup>

4  
5 <sup>1</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

6 <sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

7  
8 **DOI: 10.16887/fiepbulletin.v94i1.6950**

9 **Abstract**

10 **Introduction:** The Middle Level Bureaucracy (MLB) operates in the implementation of public  
11 policy and has endogenous action in the State. With technical-managerial and technical-political  
12 roles, it is relevant in university sports (US), which lacks robust rules and funding. **Objective:** To  
13 verify from a relational perspective the technical-managerial and technical-political actions that  
14 BME carried out to guarantee the financing of university sports at the Federal University of Mato  
15 Grosso (UFMT). **Methods:** Qualitative research, with data collection through via semi-structured  
16 interviews with four EU BMEs from UFMT and documents. Data analysis was performed using  
17 the content analysis technique. **Results:** The documents did not reveal the existence of  
18 financing for university sports. BME managed, via a relational perspective, to adopt a specific  
19 budget with linear growth, however, due to contingencies followed by government fiscal  
20 austerity and the pandemic event, there was a drastic reduction in financing. **Conclusion:** MLB  
21 has become an essential element for university sports at UFMT, exercising its technical-  
22 managerial and technical-political roles, even though it has not been able to avoid the drastic  
23 reduction in funding caused by internal and external changes and the absence of robust rules.

24 **Keywords:** Mid-level bureaucracy, Financing, University Sports, Implementation, Public Policy.

25 **Resumen**

26 **Introducción:** La Burocracia de Nivel Medio (BME) opera en la implementación de políticas  
27 públicas y tiene acción endógena en el Estado. Con funciones técnico-gerenciales y técnico-  
28 políticas, es relevante en el deporte universitario (UE), que carece de normas y financiación  
29 sólidas. **Objetivo:** Verificar desde una perspectiva relacional las acciones técnico-gerenciales y  
30 técnico-políticas que BME realizó para garantizar el financiamiento del deporte universitario en  
31 la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT). **Métodos:** Investigación cualitativa, con  
32 recogida de datos mediante cuestionarios y documentos semiestructurados. Fueron  
33 entrevistados cuatro BME del deporte universitario de la UFMT. En el análisis de datos se

[Digite texto]

34 utilizó la técnica de análisis de contenido y frecuencia para datos numéricos. **Resultados:** Los  
35 documentos no revelaron la existencia de financiamiento para el deporte universitario. BME  
36 logró, desde una perspectiva relacional, adoptar un presupuesto específico con crecimiento  
37 lineal, sin embargo, debido a las contingencias seguidas de la austeridad fiscal gubernamental  
38 y el evento pandémico, se produjo una drástica reducción de la financiación. **Conclusión:** La  
39 BME se convirtió en un elemento esencial del deporte universitario de la UFMT, ejerciendo sus  
40 roles técnico-gerencial y técnico-político, aunque no pudo evitar la drástica reducción de  
41 financiamiento provocada por los cambios internos y externos y la ausencia de reglas sólidas.

42 **Palabras clave:** Burocracia media, Financiamiento, Deporte Universitario, Implementación,  
43 Políticas Públicas.

44

## 45 **Abstrait**

46 **Introduction:** La Bureaucratie de Niveau Moyen (BME) opère dans la mise en œuvre des  
47 politiques publiques et a une action endogène dans l'État. Avec ses rôles technico-managérial  
48 et technico-politique, il est pertinent dans le sport universitaire (UE), qui manque de règles et de  
49 financements solides. **Objectif:** Vérifier d'un point de vue relationnel les actions technico-  
50 managériales et technico-politiques que BME a menées pour garantir le financement du sport  
51 universitaire à l'Université Fédérale du Mato Grosso (UFMT). **Méthodes:** Recherche qualitative,  
52 avec collecte de données via des entretiens semi-structuré avec quatre BME de l'UE de UFMT  
53 et des documents. L'analyse des données a été réalisée à l'aide de la technique d'analyse de  
54 contenu. **Résultats:** Les documents ne révèlent pas l'existence de financement pour le sport  
55 universitaire. BME a réussi, dans une perspective relationnelle, à adopter un budget spécifique  
56 à croissance linéaire, mais en raison des contingences suivies de l'austérité budgétaire du  
57 gouvernement et de la pandémie, il y a eu une réduction drastique du financement.  
58 **Conclusion:** Le BME est devenu un élément essentiel du sport universitaire à l'UFMT, exerçant  
59 ses rôles technico-managérial et technico-politique, même s'il n'a pas pu éviter la réduction  
60 drastique des financements provoquée par les changements internes et externes et l'absence  
61 de solides règles.

62 **Mots-clés:** Bureaucratie intermédiaire, Financement, Sports universitaires, Mise en œuvre,  
63 Politique publique.

## 64 **Resumo**

65 **Introdução:** A Burocracia de Médio Escalão (BME) atua na implementação de política pública  
66 e tem ação endógena no Estado. Com papéis técnico-gerencial e técnico-político, é relevante  
67 no esporte universitário (EU), carente de regramento robusto e de financiamento. **Objetivo:**  
68 Verificar numa perspectiva relacional as ações técnica-gerencial e técnica-política que a BME  
69 realizou para garantir o financiamento do esporte universitário na Universidade Federal de  
70 Mato Grosso (UFMT). **Métodos:** Pesquisa qualitativa, com coleta de dados via entrevista  
71 semiestruturada com quatro BMEs do EU da UFMT e documentos. A análise dos dados foi via  
72 técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** Os documentos não revelaram a existência de  
73 financiamento do esporte universitário. A BME conseguiu via perspectiva relacional a adoção  
74 de um orçamento específico com crescimento linear, porém devido a contingenciamentos  
75 seguidos por austeridade fiscal dos governos e evento pandêmico, houve uma drástica  
76 redução do financiamento. **Conclusão:** A BME se tornou elemento imprescindível para o  
77 esporte universitário da UFMT, exercitando seus papéis técnico-gerencial e técnico-político,

78 ainda que não tenha conseguido evitar a redução drástica do financiamento causado por  
79 mudanças interna e externa e pela ausência de um regramento robusto.

80 **Palavras-chave:** Burocracia de médio escalão, Financiamento, Esporte Universitário,  
81 Implementação, Política Pública.

## 82 **Introdução**

83 A burocracia de médio escalão (BME) não era até a bem pouco tempo preocupação dos  
84 estudos em análise de políticas públicas. Atuante no lócus da implementação, esse ator tem  
85 características ligadas às entranhas do Estado, portanto suas ações são endógenas e tem  
86 como um dos principais papéis, operacionalizar estratégias (PIRES, 2018).

87 No âmbito da universidade pública federal, como é a Universidade Federal de Mato  
88 Grosso (UFMT), que é dotada de autonomias e é financiada principalmente pelo Estado, a  
89 BME carrega uma responsabilidade muito grande quanto à organização e efetividade de  
90 realização do esporte universitário. Apesar de possuir interações diversas com atores estatais  
91 e não estatais (SANTOS, 2023), sua responsabilidade é otimizada num âmbito pouco regulado  
92 como política pública (BARBOSA, 2017).

93 O financiamento é um aspecto extremamente relevante em se tratando de política  
94 pública. Podendo se tornar inclusive um gargalo que impeça que uma política pública pare de  
95 pé. No caso do esporte universitário essa premissa seria acompanhada de garantias, pois  
96 segundo legislação (mesmo que antiga) seria uma responsabilidade da universidade repassar  
97 recursos para o esporte universitário. Porém, num ambiente diverso, com autonomias, e,  
98 passando por períodos frequentes de contingenciamento por políticas de austeridade fiscais,  
99 nem sempre o financiamento contempla as variedades de conteúdos de políticas existentes.

100 Desta forma, neste trabalho partimos da hipótese de que a BME mediante seus papéis  
101 técnico-gerencial e técnico-política, além de sua perspectiva relacional vai balizar suas  
102 relações e suas tomadas de decisões para efetivar as ações no esporte universitário.

## 103 *Burocracia de Médio Escalão*

104 A BME é considerada como intermediária que age entre a de alto escalão (topo) e a de  
105 baixo escalão (nível de rua). A BME é constituída por atores que “desempenham função de  
106 gestão e direção intermediária em burocracias públicas e privadas”, portanto ocupam  
107 geralmente cargos de confiança. São alguns de seus exemplos coordenadores, gerentes,  
108 supervisores e diretores (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015, p. 23).

109 Cabe então à BME balizar essa integração e conexões tanto com o extrato superior  
110 quanto ao inferior. A tarefa desses atores não é simples e nem fácil, uma vez que nem sempre  
111 carregam consigo uma prescrição formal de suas funções, que vão balizar os padrões e as  
112 ações a serem adotados. Adensa a essa condição “a complexidade e a diversidade da ‘selva  
113 burocrática’” (PIRES, 2018, p. 202), uma vez que na burocracia estatal há um processo  
114 centrífugo onde residem inúmeros fatores que vão impactar qualquer adoção de padrão ou  
115 ação em termos de políticas públicas, tais como interesses de grupos, frouxidão de normas de  
116 atuações com ausência de definições claras.

117 No seu papel estratégico para a implementação de política pública a BME envolve os  
118 aspectos técnico gerencial e técnico político. Esses dois papéis se diferem. No que tange ao  
119 técnico-gerencial o burocrata busca colocar em prática as ações estabelecidas via estratégias  
120 num extrato superior, desta forma ele demanda os desafios de construir padrões dentro das  
121 instituições, gerindo os serviços e levando-se em consideração relações cotidianas com os  
122 outros implementadores. Já no papel técnico-político muito dependerá da posição em termos  
123 do desenho institucional em que o burocrata esteja inserido, além da capacidade de produção  
124 de relações ou interações. Neste caso seria muito importante que o burocrata tenha um trânsito

125 com alguma autonomia frente aos burocratas de um extrato superior, de onde poderão partir as  
126 principais decisões acerca da formulação e implementação da política. Sem um poder de  
127 barganha e sem interrelação com essa instância, o burocrata dificilmente conseguirá atender  
128 às demandas da implementação. Ou seja, melhores padrões e ações dependerão da qualidade  
129 das interações.

130 As perspectivas analíticas sobre a sua atuação envolvem a estrutural, calcada na  
131 compreensão de que a BME seja como peças de um mecanismo, com atuação predefinida por  
132 uma estrutura organizacional e normativa mais ampla; a da ação individual, destaca o foco  
133 para suas decisões e ações individuais, a partir de cálculos racionais sobre as recompensas e  
134 expectativas de sanções (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015); e, a relacional, voltada para as  
135 relações que esses atores estabelecem com os demais atores do seu entorno (KURATKO,  
136 2005). Este estudo se norteia na perspectiva relacional, uma vez que a BME tem papel  
137 relevante no esporte universitário em nível local (implementação) principalmente quando  
138 carece de mais robustez quanto aos seus aspectos normativos prescritivos. Em caso de  
139 ausência da prescrição formal, a partir da atuação cotidiana, os burocratas de médio escalão  
140 podem construir, muitas vezes gradualmente, uma “narrativa compartilhada na qual definem  
141 seus papéis como promotores de um nível mínimo de articulação e coerência entre atores  
142 diversos envolvidos” (PIRES, 2015, p. 200) e muitas vezes baseados em discricionariedade.

#### 143 O esporte universitário e o financiamento

144 Na literatura não há grande variação acerca da definição do esporte universitário.  
145 Comumente ele é definido como prática esportiva realizada por acadêmicos de graduação e  
146 pós-graduação vinculados a uma instituição de ensino superior. O objetivo pode ser participar  
147 de competições esportivas oficiais ou não (BARBANTI, 1994; MAZZEI, BASTOS, 2012).

148 No que tange à legislação, as principais que regulam a organização do esporte  
149 universitário são a Lei n. 6.251/1975 (BRASIL, 1975), o Decreto n. 80.228/1977 (BRASIL,  
150 1977) e a Portaria n. 236 do Ministério da Educação (BRASIL, 1987). A Lei 9.615/1998, pouco  
151 se refere ao esporte universitário, atrelando-o à manifestação educacional, reforçado pelo  
152 Decreto n. 7.984/2013, com reconhecimento da instituição maior a Confederação Brasileira de  
153 Desporto Universitário (CBDU) (BRASIL, 2013).

154 O financiamento do esporte universitário é essencialmente estatal, ou seja, tem uma  
155 dependência do Estado, e, ao mesmo tempo, é fulcral e tem efeito direto na sua  
156 implementação (VIEIRA; ATHAYDE, 2023; STAREPRAVO et al., 2010). Ele passa também  
157 pela autonomia das universidades públicas federais, uma vez que o arcabouço normativo  
158 direciona a responsabilidade da destinação de recursos para as universidades (BRASIL, 1975;  
159 BRASIL, 1977; BRASIL, 1987). Porém, na “na política como ela é” (LOTTA, 2019), ou seja, na  
160 realidade como ela acontece de fato, principalmente no local (implementação) é essa premissa  
161 que se busca compreender a partir da atuação da BME. É fato que nas últimas décadas houve  
162 a preocupação com a questão do financiamento do esporte brasileiro (nas variadas  
163 manifestações) como política pública, buscando fazer valer o normativo prescrito que  
164 estabelece investimento no esporte educacional. Porém, a legislação esportiva brasileira se  
165 preocupou com “a criação e ampliação de fontes de financiamento do esporte”, e não foi  
166 acompanhada “por uma distribuição equânime” (ATHAYDE, ARAÚJO, PEREIRA FILHO, 2021,  
167 p. 126),

168 Diante destes postulados como a BME atua nas relações cotidianas para garantir o  
169 financiamento da realização do esporte universitário em uma universidade pública federal?

170 Sendo assim, este estudo tem como objetivo verificar as ações que a BME realiza para  
171 garantir o financiamento do esporte universitário na Universidade Federal de Mato Grosso  
172 mediante seus papéis técnico-gerencial e técnico político num ambiente numa perspectiva  
173 relacional.

## 174 Métodos

175 Esta pesquisa se caracterizou como qualitativa e descritiva. Para a coleta de dados foi  
176 utilizada a entrevista semiestruturada (BAUER, GASKELL, 2008) e para análise dos dados a  
177 técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A amostra do estudo se baseou em  
178 ocupantes de cargo de confiança (Gerência de Esportes) que foram gestores do esporte  
179 universitário denominados de BME1, BME2, BME3 e BME4 da UFMT. Esses gestores  
180 possuíam ao menos 10 anos de experiência de atuação na área seja como gestor, atleta,  
181 *backoffice* ou burocrata de nível de rua.

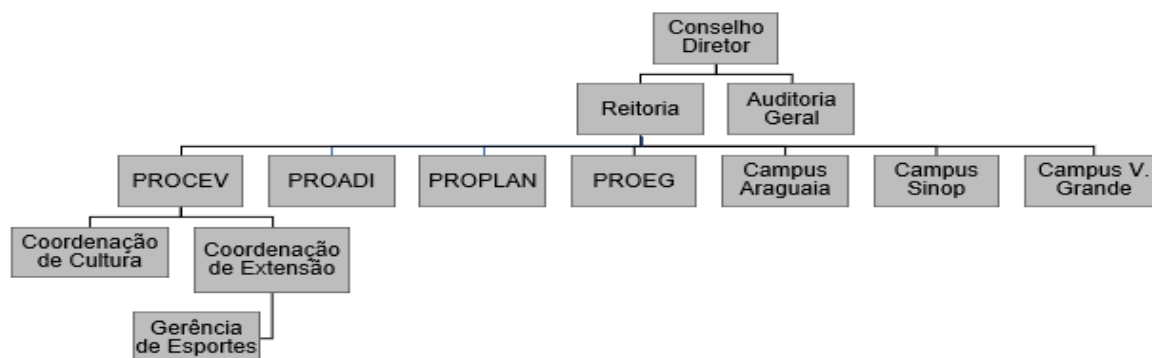
182 A UFMT é uma universidade pública federal, com sede da reitoria na cidade de Cuiabá,  
183 estado de Mato Grosso. Foi criada em dezembro de 1970 e possui três campi com cerca de  
184 pouco mais de 21 mil estudantes (UFMT, 2023). A universidade possui expertise na realização  
185 do esporte principalmente na vertente extensionista (SANTOS; SILVA, 2022). Destarte a  
186 escolha do caso foi ditada por conveniência da pesquisa, exequibilidade e razões teórica-  
187 metodológicas, destacado como o caso mais avançado e antigo com estrutura implementação  
188 do esporte universitário no nível federal de Mato Grosso. O estudo se baseou no período de  
189 sete anos (2017-2023) pelo motivo de que neste período a instituição ter destinado recursos  
190 específicos no orçamento para aplicação no esporte universitário.

191 A pesquisa seguiu os preceitos da Resolução 510/16 Ciências Humanas e Sociais,  
192 Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. As entrevistas foram consentidas via  
193 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê  
194 de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, e obteve  
195 o parecer consubstanciado de n. 6.427.291.

## 196 Resultados:

197 Primeiramente apresentamos na figura um, o desenho institucional no qual a BME do  
198 esporte universitário está localizada. Este desenho é relevante do ponto de vista do estudo,  
199 pois permite a partir de uma ótica relacional entender melhor a atuação da BME frente a  
200 garantia do financiamento e conseqüentemente da realização das ações. Essa figura traz um  
201 resumo do organograma da UFMT. Como não é o foco do estudo descrevê-lo completamente,  
202 destacamos aqui as instâncias que de alguma forma impactam o financiamento do esporte  
203 universitário. Para conhecer o organograma completo, sugerimos consulta à UFMT (2023).

204 A nomenclatura PROCEV, denomina a Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência, da  
205 qual foi originária a criação da BME relacionada ao esporte universitário a partir do ano de  
206 2009. A PROADI, representa a Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura, pela qual passam  
207 todos os trâmites de efetivação financeira oriundos da BME. A PROPLAN é uma Pró-reitoria de  
208 Planejamento na qual as decisões de destinação de recursos são concretizadas. E a PROEG é  
209 uma Pró-reitoria de Ensino e Graduação, na qual quando instada pela BME informa quem está  
210 ou não coberto por seguro para poder participar das ações realizadas no esporte universitário.



**Figura 1** – Organograma da UFMT com localização da BME do esporte universitário

211

212 Tendo como pano de fundo o objetivo da pesquisa (definido a priori), na pré-análise  
 213 escolhemos os documentos que foram submetidos à análise, que foram as entrevistas com os  
 214 BMEs e os documentos que se referiam ao financiamento do esporte universitário. Estes  
 215 constituíram o *corpus*. Para essa constituição levamos em consideração as regras de  
 216 exaustividade (esgotamento das possibilidades), da não seletividade (evitamos o viés de  
 217 confirmação), da representatividade (representação do universo pesquisado) que no nosso  
 218 caso foram todos os documentos existentes sobre que possibilitassem a verificação do  
 219 financiamento, da homogeneidade (tratar-se do tema pesquisado) e da pertinência (ajuda a  
 220 responder ao objetivo da pesquisa).

221 Os documentos que encontramos na instituição foram Plano de Desenvolvimento  
 222 Institucional (PDI), Regimento da Faculdade de Educação Física, Regulamento de eventos  
 223 esportivos, editais, tutorial padrão de esportes e termo de compromisso. Não foi encontrada  
 224 uma política institucional do esporte universitário, apenas menções nos documentos acerca do  
 225 esporte, na maioria das vezes sendo tratado na forma de extensão.

226 Realizamos a codificação (transformação dos dados) utilizando o processo de  
 227 codificação indutiva, o recorte e a enumeração. Nomeamos o código de orçamento e cuidamos  
 228 para que o código estivesse alinhado com a literatura acerca do tema de pesquisa e com o  
 229 problema de pesquisa. Observamos que ocorriam variações acerca do código. Desta forma  
 230 realizamos o recorte, e separamos por subcódigos (grosso modo, uma subdivisão do código)  
 231 conforme os dados extraídos. Cada subcódigo que foi citado pelos entrevistados foram  
 232 contados pela frequência, sendo que identificamos e nomeamos como conflitos (n= 4),  
 233 dificuldades relatadas (n= 16) e origem dos recursos (n= 6).

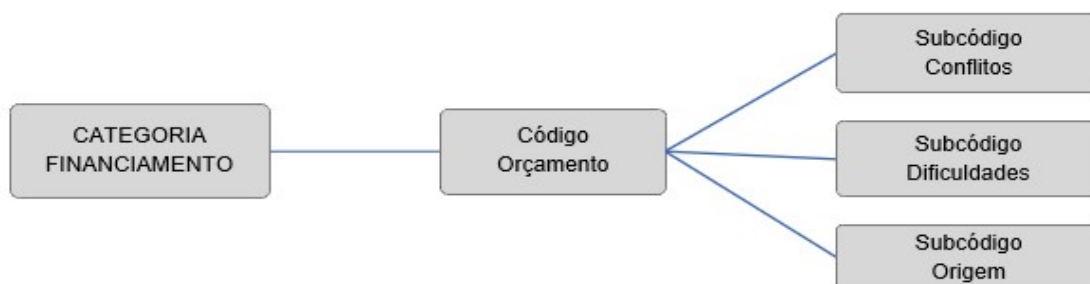
234 O subcódigo conflitos se refere aos entraves encontrados pela BME em estabelecer um  
 235 patamar de financiamento quer seja mínimo ou razoável para realização das ações do esporte  
 236 universitário. Essa ação vem ocorrer na perspectiva relacional ao nível do alto escalão. Já o  
 237 subcódigo dificuldades se refere aos fatos da rotina que mesmo após a garantia do  
 238 financiamento causavam alguma apreensão para a efetividade da execução, uma vez que a  
 239 BME dependia de outras ações de outras BMEs da instituição e até mesmo dos repasses do  
 240 governo. O subcódigo origem se refere sobre as fontes de recursos disponibilizados no  
 241 orçamento da universidade, que variavam entre custeio, capital e recursos disponibilizados de  
 242 ações afirmativas comumente denominado de PNAES.

243 A categorização se deu por análise temática e a unidade de registro pelo tema. A  
 244 nomenclatura do tema (orçamento) foi adotada pela citação dos entrevistados, que entendiam  
 245 que a luta deles iniciavam quando das reuniões que participavam para discutir o orçamento  
 246 PROCEV. Desta forma, a partir das discussões garantiam um valor no orçamento que acabava  
 247 por financiar o esporte universitário.

248 Em seguida realizamos o reagrupamento e denominamos de categoria financiamento,  
 249 conforme figura dois. Essa categoria corrobora com a literatura quando se trata da estrutura da

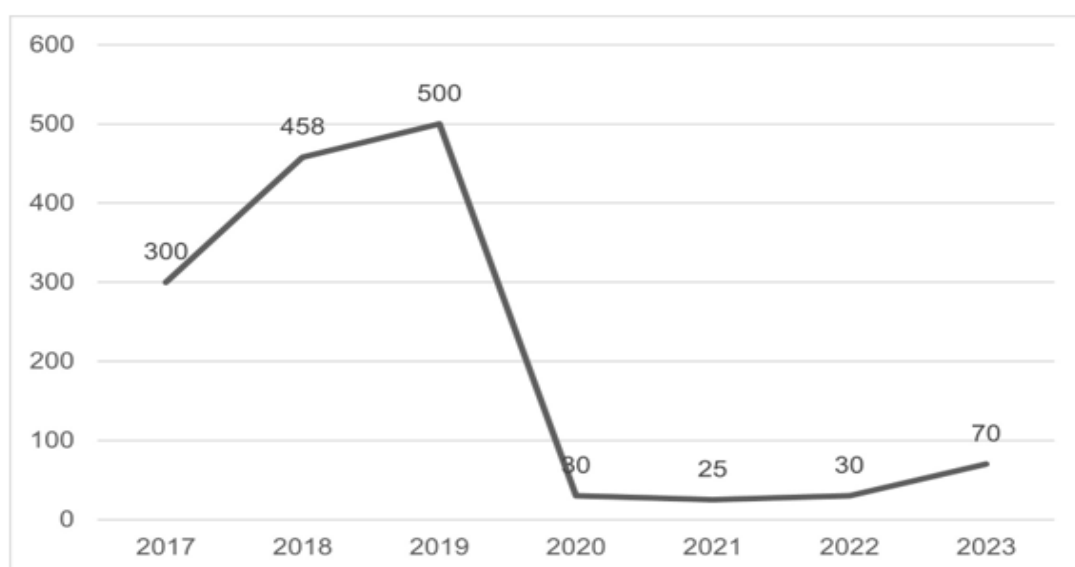
[Digite texto]

250 implementação e de políticas públicas (PIRES, 2018; STAREPRAVO et al, 2010; FREY, 2000).  
251 Destarte, financiamento é aspecto relevante em se tratando de políticas públicas.



252 **Figura 2** - Categorização financiamento – esporte universitário da UFMT

253 Na figura três apresentamos os valores aproximados (em mil reais) dos orçamentos  
254 destinados ao esporte universitário a partir de sua criação direta no ano de 2017. Antes deste  
255 ano, apesar de já existir uma BME que tratava do esporte universitário, não há registro de um  
256 orçamento específico para ele, mas, sim da dependência de demanda como resultado da  
257 relação técnico-político do BME junto ao alto escalão.



258 **Figura 3** – Evolução do orçamento do esporte universitário da UFMT (2017-2023)

## 259 **Discussão**

260 Como nosso objetivo foi verificar numa perspectiva relacional as ações técnica-gerencial  
261 e técnica-política que a BME realizou para garantir o financiamento do esporte universitário na  
262 UFMT, buscamos na constituição de *corpus*, os documentos que pudessem ajudar a  
263 contemplar esse objetivo da pesquisa. Embora esses documentos mencionem o esporte nos  
264 textos, não abordaram questões de financiamento em toda a sua totalidade (PDI, Regimento,  
265 regulamento, edital, tutorial padrão do esporte e termo de compromisso). Embora esse achado  
266 possa despertar um sentimento de perplexidade, já que a instituição pesquisada tem um longo  
267 trabalho realizado na área do esporte, principalmente extensionista (SANTOS; SILVA, 2022), o  
268 fato de não encontrarmos uma política institucional do esporte universitário implementada, nos  
269 remeteu imediatamente a questão da precariedade e sistema de demanda que constantemente  
270 permeou a fala dos entrevistados. Nesse bojo, a ausência da BME para o esporte universitário  
271 é sentida. A forma como conseguimos acessar a informação do financiamento realizado foi

272 através de documentos como ofícios e tabelas disponibilizadas pelos próprios BMEs  
273 entrevistados.

274 No desenho institucional da UFMT, não existia até o ano de 2009 o cargo de uma BME  
275 do esporte universitário. A Faculdade de Educação Física, possuía uma Supervisão de  
276 Desporto e Recreação (SDR), que realizava ações esportivas, porém, sua finalidade era  
277 principalmente extensionista, da qual dispunha de estrutura de implementação. Neste caso, o  
278 esporte universitário sobrevivia do sistema de demanda e de total autonomia dos estudantes,  
279 ou seja, com precariedades otimizadas, uma vez que não havia uma organização centralizada  
280 do esporte universitário, nem uma equipe para tal fim e sem um orçamento. Desta forma  
281 dependia do voluntarismo e autonomia dos acadêmicos e de alguns profissionais técnicos.  
282 Conforme trecho da entrevista do BME 1.

283 Os alunos demandavam a participação nos eventos do esporte universitário e  
284 nós da Supervisão de Desporto e Recreação dávamos o apoio possível, como  
285 ceder espaços físicos para os treinos, buscar algum treinador que pudesse  
286 acompanhar de forma voluntária as equipes durante os eventos esportivos.  
287 (BME1, 2023).

288 Claramente essa condição denota precariedade no esporte universitário. Fato agravado  
289 pela ausência de uma participação mais ativa das atléticas como no trecho “as atléticas  
290 passaram por um período de inatividades, resultado de um período de difícil crise econômica e  
291 instabilidade política nos anos de 1990 e início dos anos 2000” (BME2, 2023). Neste sentido  
292 ainda que a presença das atléticas pudesse ter mitigado a situação de precariedade, não havia  
293 garantias de que o financiamento ocorreria, já que a instituição não dispunha de orçamento  
294 específico para o esporte universitário.

295 No bojo desta situação, é que surge a partir de relações de atores da SDR e da FEF  
296 com a reitoria da UFMT a BME com a finalidade principal de organizar o esporte universitário,  
297 mesmo ainda sem a existência de um orçamento específico. Conforme trecho destacado da  
298 entrevista do BME2.

299 A Supervisão [SDR] cuidava das atividades de extensão como as escolinhas de  
300 iniciação desportiva, atividades físicas para adultos e idosos de servidores da  
301 universidade e da comunidade de fora da universidade, além de eventos  
302 esportivos e de lazer. O esporte universitário não tinha essa cobertura por assim  
303 dizer. A partir de 2009 é criada a Coordenação de Esportes na pró-reitoria  
304 [PROCEV] para cuidar do esporte universitário. (BME2, 2023).

305 Observamos mediante a análise dos documentos, que a BME segue ainda calcado na  
306 ausência de regramento que embasa a garantia da destinação dos recursos. Daí entra em  
307 cena o papel técnico-gerencial e técnico-político (PIRES, 2018) da BME, num âmbito de  
308 perspectiva relacional (KURATKO, et al, 2005). O BME2, com desenvoltura para abrir portas,  
309 com capacidade de promover interrelações pessoais consegue estabelecer um espaço ainda  
310 que não sedimentado ou institucionalizado para o esporte universitário. Esta habilidade foi  
311 profícua e necessária, já que o esporte universitário estava (e ainda permanece) longe do alto  
312 escalão, estando subordinado a uma burocracia que tem como mote a extensão universitária  
313 (vide organograma figura um)! Nada mais conflituoso por assim dizer.

314 Nos chamou a atenção de que nas análises das entrevistas sobre o financiamento, o  
315 subcódigo dificuldades relatadas foi uma preocupação de todos os BMEs entrevistados. Isso  
316 reforça a preocupação com a sedimentação de um orçamento para o esporte universitário. Ou  
317 seja, quando o assunto é orçamento (financiamento) os BMEs relataram as mesmas coisas,  
318 que encontraram dificuldades diversas como da não existência como recurso, da falta desse  
319 recurso, da distribuição irregular, da efetividade da utilização, do não repasse e da insegurança  
320 que tudo isso acarreta para o setor.



321 Foi constatado também que mesmo antes da criação da BME do esporte universitário,  
322 quando o esporte universitário estava sobe os auspício da SDR, que não havia orçamento  
323 específico para ele, portanto, recorria-se também à demanda, conforme trecho da entrevista do  
324 BME1 (2023) “Não havia destinação de orçamento para o esporte da extensão e nem para o  
325 esporte universitário. No esporte universitário, os alunos é que pagavam as inscrições e se  
326 cotizavam nas ações para participar do esporte universitário”.

327 Entre os anos de 2009 a 2016 já com o esporte universitário tendo uma BME alocada na  
328 PROCEV, há destinação de recursos, porém sem ser específica. Portanto, a PROCEV  
329 destinava os recursos conforme demandada evidenciada no trecho “Então o pró-reitor reunia  
330 todas as coordenações da PROCEV e discutíamos o que íamos realizar conforme orçamento  
331 disponível” (BME2, 2023). Já no final do ano de 2016, há uma discussão sobre a divisão dos  
332 recursos para o ano seguinte, conforme cada tipo de política que a PROCEV desenvolvia,  
333 desta forma a partir de ação do BME3 há destinação exclusiva de recursos para o esporte  
334 universitário, com origem de fontes diferentes, sendo custeio, capital e Programa Nacional de  
335 Assistência Estudantil (PNAES), este criado via Decreto-Lei n. 7.234 (BRASIL, 2010), que tinha  
336 como objetivo ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública  
337 federal, via diversas áreas tais como moradia estudantil, alimentação, inclusão digital e esporte.  
338 Porém, esse financiamento tem condições específicas de aplicação, destinados  
339 prioritariamente aos estudantes em vulnerabilidade social, principalmente àqueles oriundos de  
340 políticas afirmativas.

341 Cada fonte tinha sua especificidade de utilização. A fonte custeio (pessoas física e  
342 jurídica) era a mais disputada, uma vez que além do esporte universitário na pró-reitoria  
343 existiam outras políticas que também utilizavam estes recursos como cultura, vivência e  
344 extensão. Como essas outras áreas eram mais sedimentadas como política dentro da  
345 instituição, acabavam por receber maior fatia dessa origem do orçamento frente ao esporte.

346 A fonte de pagamento de pessoa jurídica passou a ser requisitada a partir da existência  
347 da BME, uma vez que a demanda por participação nos eventos das entidades federativa  
348 subnacional e confederativa nacional do esporte universitário, não seria mais paga pelos  
349 próprios acadêmicos, mas sim pela universidade. Notamos aqui o desempenho técnico-político  
350 do BME2 que conseguiu estabelecer via relações com o alto escalão essa nova condição. Essa  
351 conquista parece ter sido sedimentada, uma vez que os BMEs seguintes (3 e 4) seguiram o  
352 mesmo padrão.

353 Embora existisse a fonte de financiamento capital (destinada à aquisição de materiais  
354 permanentes), esta fonte não foi citada por nenhum dos BMEs. O motivo pode estar ligado na  
355 dificuldade da universidade em conseguir liberação para este tipo de recurso, que já vem  
356 minimizado no próprio orçamento da universidade que tem como fonte principal o Ministério da  
357 Educação.

358 Quanto aos conflitos relatados, estes foram oriundos da discussão pelo orçamento  
359 dentro da pró-reitoria, uma vez que a BME do esporte universitário era menor em estrutura e  
360 em representação frente às outras políticas mais institucionalizadas e sedimentadas na  
361 instituição. Com isso o orçamento do esporte ficava sempre com menor valor na distribuição (a  
362 partir é lógico da adoção de um orçamento específico do esporte universitário que ocorreu a do  
363 ano de 2017 em diante). O BME3 relatou que mediante representação minoritária na PROCEV,  
364 estabeleceu a estratégia de realizar as atividades, aperfeiçoá-las e divulgá-las, com isso  
365 promoveu tensionamento na burocracia do alto escalão para incremento do orçamento. Esta  
366 estratégia surtiu efeito com o crescimento do financiamento do esporte universitário de forma  
367 linear de 2017 a 2019 (figura três). Porém, no ano de 2019 o esporte começou a ter dificuldade  
368 de liberação dos recursos previstos, uma vez que a universidade sofreu um forte  
369 contingenciamento dos seus recursos a partir de austeridade fiscal do governo federal. Devido  
370 aos arranjos, ações e sensibilizações (aspectos técnico-gerencial e técnico-político) nas  
371 interações entre os BMEs 3 e 4 junto à PROCEV e à PROADI, e pelas atividades que ora já  
372 estavam em curso e demandando o cumprimento das obrigações financeiras com instituições e

373 atores externos, além de que o volume de recursos do esporte serem baixos frente a outras  
374 demandas da universidade, o orçamento acabou sendo liberado em sua totalidade.

375 Porém, no ano de 2020 o crescimento linear orçamentário do esporte universitário da  
376 UFMT foi drasticamente interrompido, causado pela continuidade da política sequencial de  
377 austeridade fiscal por parte do governo federal, que impactou extremamente a universidade,  
378 agravada mais ainda pelo advento da pandemia do SARS-Covid. Nesse período houve uma  
379 redução de cerca de 95% do orçamento do esporte universitário, feito que até o ano de 2023  
380 não havia uma recuperação significativa. Este baque foi sentido pelo BME4 que teve que  
381 lançar mão de voluntarismo de diversos acadêmicos e egressos para conseguir honrar as  
382 atividades comprometidas no planejamento.

383 Desde 2020 tem sido difícil, mais 2022 e 2023, porque 2020 e 2021 devido à  
384 pandemia não tivemos muitas ações, principalmente presenciais. O orçamento  
385 foi extremamente reduzido. Dessa forma tenho buscado soluções no  
386 voluntarismo dos ex-acadêmicos que se formaram e por uma contrapartida de  
387 certificado de participação atendem de alguma forma algumas ações do esporte  
388 universitário. Além de parcerias com outros setores da UFMT como do  
389 transporte, por exemplo. Mas, não são as mesmas condições que tínhamos em  
390 anos anteriores como por exemplo em 2019 (BME4, 2023).

391 No esporte universitário “como ele é” na universidade pública federal pesquisada a BME  
392 tem sido fundamental para a efetivação de sua realização, uma vez que via seus papéis  
393 técnico-gerencial, técnico-político e na perspectiva relacional têm buscado garantir os padrões  
394 e ações mesmo com financiamento reduzido ou contingenciado, e com atuação marginal ao  
395 prescritivo uma vez que essa organização seria papel das associação atlética acadêmica. Esta  
396 por sua vez, tem trilhado o caminho independente de realização esportiva-cultural (esporte  
397 autônomo) voltadas antes de mais nada para os acadêmicos atleticanos (MALAGUTTI, ROJO,  
398 STAREPRAVO, 2020). Neste interim a capacidade relacional da BME é testada  
399 constantemente em relações com variados atores do alto escalão, com pares e até com  
400 subordinados, sob o auspício da ausência de uma política institucional do esporte universitário.

#### 401 *Pontos fortes e limitações do estudo*

402 Este tudo demonstrou o papel relevante da BME, ainda pouca estudada, na garantia do  
403 financiamento da realização do esporte universitário no âmbito da universidade pública federal.  
404 A atuação deste burocrata e suas interações principalmente interna buscaram garantir um  
405 financiamento destinado exclusivo para o esporte universitário reduzindo sua precariedade.  
406 Porém, este estudo se limita por ser representar um pequeno universo das universidades  
407 públicas federais, ter estudado um período de recorte específico (mais contemporâneo) sem  
408 considerar toda a trajetória histórica da instituição, não analisar os aspectos normativos  
409 prescritivos que embasavam o esporte universitário na universidade como por exemplo o papel  
410 das associações atléticas acadêmicas, as relações de todos os atores possíveis (estatal e não  
411 estatal) e outras possíveis fontes de financiamento que não foram relatadas pelos  
412 entrevistados como de origem da iniciativa privada e editais de outras burocracias estatais.

#### 413 **Conclusão**

414 Este estudo teve como objetivo verificar numa perspectiva relacional as ações técnica-  
415 gerencial e técnica-política que a BME realizou para garantir o financiamento do esporte  
416 universitário na Universidade Federal de Mato Grosso. Numa perspectiva relacional, a BME  
417 cumpriu os papéis técnico-gerencial e técnico político para a garantia da realização das ações  
418 do esporte universitário, buscando soluções principalmente na burocracia de alto escalão

[Digite texto]

419 interna. Porém, afetados por mudanças externas e interna, teve o financiamento extremamente  
420 prejudicado o que reforçou e recolocou o esporte universitário da instituição na condição de  
421 precariedade, que poderia ser ao menos mitigada com a existência fundamental de aspecto  
422 normativo prescrito, não existente apesar de sua longa e rica histórica com o esporte.

### 423 *Agradecimentos*

424 À Coordenação de Pessoal de Nível Superior pela bolsa modalidade PROSUC II.

### 425 *Declaração de conflito de interesses*

426 Não nenhum conflito de interesses no presente estudo.

### 427 **Referências**

428 ATHAYDE, P. F. A.; ARAUJO, S. M.; PEREIRA FILHO, E. S. Década perdida do esporte: 10  
429 anos para levar o Brasil ao “não mais”! Cuiabá, **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 110-130,  
430 set./dez., 2021.

431 BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo: Manole, 1994.

432 BARBOSA, C. G. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro. A bola não deve**  
433 **entrar por acaso**. 2017. 95f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual  
434 Paulista, Rio Claro, SP, 2017.

435 BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

436 BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad.  
437 Pedrinho A. Guareschi, 7<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

438 BRASIL. Lei n. 6.251 de 8 de outubro de 1975. **Institui normas gerais sobre desportos e dá**  
439 **outras providências**. Presidência da República. Brasília, DF, 1975.

440 \_\_\_\_\_. Decreto n. 80.228 de 25 de agosto de 1977. **Regulamenta a Lei n. 6.251/77. Institui**  
441 **normas gerais sobre desportos e dá outras providências**. Presidência da República.  
442 Brasília, DF, 1977.

443 \_\_\_\_\_. Portaria nº 236 de 8 de abril de 1987. **Dispõe sobre normas para o desporto**  
444 **universitário**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 1987.

445 \_\_\_\_\_. Lei n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de**  
446 **Assistência Estudantil - PNAES**. Presidência da República. Ministério da Educação. Brasília,  
447 DF, 2010.

- 448 \_\_\_\_\_. Decreto n. 7.984, de 8 de abril de 2013. **Dispõe sobre regulamentação da Lei n.**  
449 **9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto.** Presidência da República, Casa  
450 Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2013.
- 451 FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise  
452 de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259,  
453 jun 2000.
- 454 KURATKO, D.; IRELAND, R. D.; COVIN, J.; HORNSBY, J. A model of middle-level managers'  
455 entrepreneurial behavior. **Entrepreneurship Theory & Practice**, p.699-716, November 2005.
- 456 LOTTA, G. S. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre**  
457 **implementação para a análise de políticas públicas.** In: LOTTA, G. Teoria e análises sobre  
458 implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: ENAP, p. 11-38, 2019.
- 459 LOTTA, G.; PIRES, R.; OLIVEIRA, V. **Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre**  
460 **velhos atores da produção de políticas públicas.** In: CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (orgs).  
461 Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: ENAP, 2015.
- 462 MALAGUTTI, J. P. M.; ROJO, J. R.; STAREPRAVO, F. A. O esporte universitário brasileiro:  
463 organizações oficiais e as associações atléticas acadêmica. **Research, Society and**  
464 **Development**, v. 9, n. 8, e32985325, 2020. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.33448/rsd-](http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5325)  
465 [v9i8.5325](http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5325). Acesso em: 17 de outubro de 2022.
- 466 MAZZEI, L.; BASTOS, F. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas.** 1ª edição,  
467 Ícone Editora, São Paulo, 2012.
- 468 PIRES, R. Por dentro do PAC: dos arranjos formais as interações e práticas dos seus  
469 operadores. In: CAVALCANTE P.; LOTTA G. (Orgs.). **Burocracia de médio escalão: perfil,**  
470 **trajetória e desempenho.** Brasília: Enap, 2015. p. 177-222.
- 471 PIRES, R. R. C. **O trabalho na burocracia de médio escalão e a suas influências nas**  
472 **políticas públicas.** In: PIRES, R.; LOTTA, G. S.; OLIVEIRA, V. E. (orgs). Burocracia e políticas  
473 públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018. p. 185-206.
- 474 SANTOS, E. B. Implementação do esporte universitário: interação entre universidade e  
475 instituição federativa. **Fiep Bulletin - Online**, v. 93, n. 1, p. 755- 766, 2023. Disponível em:  
476 <https://www.fiepbulletin.net/fiepbulletin/article/view/6676>. Acesso em 22 outubro de 2023. Doi:  
477 10.16887/93.a1.76
- 478 SANTOS, E. B.; SILVA, E. S. **Investigando indícios de política pública de esporte na base**  
479 **de extensão universitária.** In: OLIVEIRA, M. F.; OGERA, A. A. R.; FRANÇA, T. M. Extensão  
480 Universitária na Região Centro-Oeste: conquistas e desafios no século XXI. Anápolis, GO:  
481 Editora UEG, 2022. Capítulo 4. p. 52-70.

[Digite texto]

482 STAREPRAVO, F. A.; et al. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas  
483 relações com o Estado. Brasília, **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 31,  
484 n. 3, p. 131-148, mai. 2010.

485 UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. **Organograma**. Disponível em:  
486 <https://www.ufmt.br/pagina/organograma/116>. Acesso em 24 de outubro de 2023.

487 VIEIRA, P. R. S.; ATHAYDE, P. F. A. Análise do esporte na política universitária de assistência  
488 estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. **Caderno de Educação Física  
489 e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 21, p. e30692, 2023. DOI:  
490 10.36453/cefe.2023.30692.

491 Endereço do autor principal:

492 Rua Manuel Bandeira, n. 11, Santa Cruz, Cuiabá – MT, CEP: 78068-290. Celular: 65-99988-  
493 2889. E-mail: erasbraz@gmail.com